

Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020

Na Europa, perto de um quarto das espécies selvagens está agora ameaçado de extinção



A biodiversidade — a extraordinária variedade de ecossistemas, espécies e genes que nos rodeia — é não só importante por si mesma como também por proporcionar à sociedade uma vasta gama de serviços ecossistémicos dos quais dependemos, como os alimentos, a água doce, a polinização, a proteção contra as inundações, etc...

No entanto, verifica-se uma crise de biodiversidade. Na Europa, perto de um quarto das espécies selvagens estão agora ameaçadas de extinção e muitos dos ecossistemas encontram-se degradados ao ponto de já não serem capazes de prestar os seus valiosos serviços. Esta degradação acarreta enormes prejuízos sociais e económicos para a UE.

Verificou-se um aumento nos fatores-chave da perda de biodiversidade, como a alteração dos habitats, a exploração excessiva dos recursos naturais, a introdução e propagação de espécies exóticas invasoras e as alterações climáticas, que anula os efeitos positivos das ações destinadas a travar a perda de biodiversidade.

Em maio de 2011, a Comissão Europeia adotou uma nova estratégia que estabelece o quadro de ação da UE para os próximos dez anos com vista a atingir o objetivo central para 2020 em matéria de biodiversidade que foi fixado pelos dirigentes da UE em março de 2010.

A estratégia articula-se em torno de seis objetivos que se apoiam mutuamente e incidem nos principais fatores de perda de biodiversidade e que têm por objetivo reduzir as principais pressões a que a natureza e os serviços ecossistémicos estão sujeitos na UE. Cada objetivo é ainda traduzido num conjunto de ações e de outras medidas de acompanhamento com prazos definidos.

A estratégia será implementada mediante um quadro comum que envolve a Comissão Europeia e os Estados-Membros em parceria com as principais partes interessadas e a sociedade civil. A estratégia é apoiada por um sólido nível de referência da UE sobre o estado da biodiversidade e dos ecossistemas na Europa que será utilizado como base para o acompanhamento dos progressos realizados.

A UE continuará também a desempenhar um papel ativo a nível internacional, contribuindo para garantir o cumprimento dos compromissos em matéria de biodiversidade global adotados na Conferência das Partes à Convenção sobre Diversidade Biológica de 2010, realizada em Nagoia, no Japão, em 2010.

natureza

Visão da UE para 2050

Na União Europeia, até 2050, a biodiversidade e os serviços ecossistémicos por ela prestados — o seu capital natural — serão protegidos, valorizados e adequadamente recuperados pelo valor intrínseco da biodiversidade e pela sua contribuição essencial para o bem-estar humano e a prosperidade económica, de modo a serem evitadas alterações catastróficas decorrentes da perda de biodiversidade.

META 1: PLENA APLICAÇÃO DAS DIRECTIVAS AVES E HABITATS

Travar a deterioração do estado de todas as espécies e habitats abrangidos pela legislação da UE em matéria de natureza e obter uma melhoria sensível e mensurável do seu estado, de modo a que, até 2020, em relação às atuais avaliações: i) mais 100% de avaliações de habitats e 50% de avaliações de espécies ao abrigo da Diretiva Habitats mostrem um estado de conservação favorável ou melhorado; e ii) mais 50% de avaliações de espécies ao abrigo da Diretiva Aves mostrem um estado seguro ou melhorado.

Ação 1: Completar o estabelecimento da rede Natura 2000 e garantir uma boa gestão

- 1a) Os Estados-Membros e a Comissão garantirão que, até 2012, esteja largamente completada a fase de estabelecimento da rede Natura 2000, incluindo no meio marinho.
- 1b) Os Estados-Membros e a Comissão continuarão a proceder a uma maior integração dos requisitos de proteção e gestão de espécies e habitats nas políticas-chave em matéria dos solos e da água, dentro e fora das zonas Natura 2000.
- 1c) Os Estados-Membros assegurarão que os planos de gestão ou instrumentos equivalentes que estabelecem medidas de conservação e recuperação sejam desenvolvidos e executados de forma atempada em todos os sítios Natura 2000.
- 1d) A Comissão, juntamente com os Estados-Membros, estabelecerá até 2012 um processo destinado a promover a partilha de experiências e boas práticas e a colaboração transfronteiras sobre a gestão da rede Natura 2000, no âmbito dos quadros biogeográficos estabelecidos na Diretiva Habitats.

Ação 2: Garantir o financiamento adequado dos sítios da rede Natura 2000

- 2) A Comissão e os Estados-Membros disponibilizarão os fundos e incentivos necessários para a rede Natura 2000, designadamente através de instrumentos de financiamento da UE no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual. A Comissão apresentará os seus pontos de vista em 2011 sobre a forma como a rede Natura 2000 será financiada no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual.

Ação 3: Aumentar a sensibilização e participação das partes interessadas e melhorar o controlo do cumprimento

- 3a) A Comissão, juntamente com os Estados-Membros, desenvolverá e lançará uma grande campanha de comunicação sobre a rede Natura 2000 até 2013.
- 3b) A Comissão e os Estados-Membros melhorarão a cooperação com setores-chave e continuarão a elaborar documentos de orientação a fim de melhorar a sua compreensão sobre os

Objetivo central da UE para 2020

Travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços ecossistémicos na UE até 2020 e, na medida em que seja viável, recuperar essa biodiversidade e esses serviços, intensificando simultaneamente o contributo da UE para evitar a perda de biodiversidade ao nível mundial.

requisitos da legislação da UE em matéria de natureza e o seu valor na promoção do desenvolvimento económico.

- 3c) A Comissão e os Estados-Membros facilitarão o controlo da aplicação das Diretivas Natureza, disponibilizando programas de formação específicos sobre a rede Natura 2000 destinados a juizes e magistrados do Ministério Público e desenvolvendo melhores capacidades de promoção do cumprimento.

Ação 4: Melhorar e racionalizar o acompanhamento e a comunicação de informações

- 4a) A Comissão, juntamente com os Estados-Membros, desenvolverão, até 2012, um novo sistema de comunicação de informações da UE em matéria de aves, continuarão a desenvolver o sistema de apresentação de relatórios ao abrigo do artigo 17.º da Diretiva Habitats e melhorarão o fluxo, a acessibilidade e a relevância dos dados sobre a rede Natura 2000.
- 4b) A Comissão criará uma ferramenta informática específica como parte integrante do Sistema de Informação sobre Biodiversidade para a Europa, a fim de melhorar a disponibilidade e a utilização de dados até 2012.

META 2: MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E SEUS SERVIÇOS

Até 2020, os ecossistemas e seus serviços serão mantidos e valorizados mediante a criação de infraestruturas verdes e da recuperação de, pelo menos, 15% dos ecossistemas degradados.

Ação 5: Melhorar o conhecimento sobre os ecossistemas e seus serviços na UE

- 5) Os Estados-Membros, com a assistência da Comissão, procederão, até 2014, à cartografia e avaliação do estado dos ecossistemas e seus serviços no seu território nacional, avaliarão o valor económico desses serviços e promoverão, até 2020, a integração desses valores em sistemas de contabilidade e comunicação de informações a nível nacional e da UE.

Ação 6: Estabelecer prioridades para a recuperação e promoção da utilização de infraestruturas verdes

- 6a) Até 2014, os Estados-Membros, com a assistência da Comissão, desenvolverão um quadro estratégico para o estabelecimento de prioridades relativas à recuperação dos ecossistemas a nível subnacional, nacional e da UE.
- 6b) A Comissão desenvolverá uma estratégia sobre infraestruturas Verdes até 2012, a fim de promover a implantação de infraestruturas verdes nas zonas urbanas e rurais da UE, nomeadamente através de incentivos para encorajar os investimentos iniciais em projetos de infraestruturas verdes e a manutenção de serviços ecossistémicos, por exemplo através de uma utilização mais orientada dos fluxos de financiamento da UE e de parcerias público-privadas.

Ação 7: Assegurar a ausência de perda líquida de biodiversidade e de serviços ecossistémicos

- 7a) Em colaboração com os Estados-Membros, a Comissão desenvolverá, até 2014, uma metodologia para avaliar o impacto dos projetos, planos e programas financiados pela UE em matéria de biodiversidade.
- 7b) A Comissão prosseguirá os seus trabalhos com vista a propor, até 2015, uma iniciativa destinada a garantir que não se verifique uma perda líquida dos ecossistemas e seus serviços (por exemplo, mediante planos de compensação ou neutralização).

META 3: MELHOR CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA E SILVICULTURA PARA A MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

3A) Agricultura: até 2020, maximizar as áreas agrícolas com prados, terras aráveis e culturas permanentes abrangidas pelas medidas relativas à biodiversidade no âmbito da PAC, a fim de garantir a conservação da biodiversidade e obter uma melhoria mensurável no estado de conservação das espécies e habitats que dependem da agricultura, ou são por esta afetados, e na prestação de serviços ecossistémicos em comparação com o nível de referência da UE de 2010, contribuindo assim para o reforço de uma gestão sustentável.

B) Florestas: até 2020, garantir que estejam operacionais planos de gestão florestal ou instrumentos equivalentes, em consonância com a gestão sustentável das florestas (GSF), aplicáveis a todas as florestas que sejam propriedade pública e a explorações florestais superiores a uma determinada área (a definir pelos Estados-Membros ou regiões e comunicadas nos seus programas de desenvolvimento rural) que beneficiem de financiamento no âmbito da Política de Desenvolvimento Rural da UE, a fim de obter uma melhoria mensurável no estado de conservação das espécies e habitats que dependem da silvicultura, ou são por esta afetados, e na prestação de serviços ecossistémicos conexos, em comparação com o nível de referência da UE de 2010.

Ação 8: Reforçar pagamentos diretos relativos a bens públicos ambientais na política agrícola comum da EU

- 8a) A Comissão proporá que os pagamentos diretos da PAC recompensem a geração de bens ambientais públicos que ultrapassem os requisitos de condicionalidade (por exemplo, pastagens permanentes, coberto vegetal, rotação de culturas, retirada de terras para fins ecológicos, Natura 2000).
- 8b) A Comissão proporá a melhoria e simplificação das normas de condicionalidade das BCAA (Boas Condições Agrícolas e Ambientais) e ponderará a inclusão da Diretiva-Quadro Água no âmbito de aplicação da condicionalidade, uma vez que a Diretiva tenha sido implementada e tenham sido identificadas as obrigações operacionais dos agricultores, com vista a melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos nas zonas rurais.

Ação 9: Orientar melhor o desenvolvimento rural para a conservação da biodiversidade

- 9a) A Comissão e os Estados-Membros integrarão metas quantificadas em matéria de biodiversidade nas estratégias e programas de desenvolvimento rural, adaptando a ação às necessidades regionais e locais.

- 9b) A Comissão e os Estados-Membros estabelecerão mecanismos para facilitar a colaboração entre agricultores e silvicultores, a fim de permitir a continuidade das características da paisagem, a proteção dos recursos genéticos e outros mecanismos de cooperação para fins de proteção da biodiversidade.

Ação 10: Conservar a diversidade genética agrícola da Europa

- 10) A Comissão e os Estados-Membros incentivarão a aceitação de medidas agroambientais de apoio à diversidade genética na agricultura e explorarão as possibilidades de desenvolvimento de uma estratégia que vise a conservação da diversidade genética.

Ação 11: Incentivar os proprietários florestais a proteger e valorizar a biodiversidade florestal

- 11a) Os Estados-Membros e a Comissão incentivarão a adoção de planos de gestão, nomeadamente através do recurso a medidas de desenvolvimento rural e ao programa LIFE+.
- 11b) Os Estados-Membros e a Comissão promoverão mecanismos inovadores (por exemplo, pagamentos de serviços ecossistémicos) para o financiamento da manutenção e recuperação de serviços ecossistémicos prestados por florestas multifuncionais.

Ação 12: Integrar medidas sobre biodiversidade em planos de gestão florestal

- 12) Os Estados-Membros assegurarão que os planos de gestão florestal ou instrumentos equivalentes incluam o maior número possível das seguintes medidas:
- manter níveis ótimos de madeira morta, tomando em consideração as variações regionais, como o risco de incêndio ou a potencial proliferação de insetos;
 - preservar as zonas de natureza selvagem;
 - Medidas baseadas nos ecossistemas para aumentar a resistência das florestas aos incêndios, como parte integrante de regimes de prevenção de incêndios florestais, em consonância com as atividades realizadas no âmbito do Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais (EFFIS);
 - medidas específicas desenvolvidas para sítios florestais Natura 2000;
 - assegurar que a florestação seja efetuada em conformidade com as Diretrizes Operacionais Pan-Europeias para a Gestão Sustentável das Florestas, em especial no que respeita à diversidade de espécies e às necessidades de adaptação às alterações climáticas.





META 4: GARANTIA DA UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HALIÉUTICOS

Atingir níveis de rendimento máximo sustentável (MSY) até 2015. Atingir uma idade e distribuição da população indicativa de um bom estado das unidades populacionais através da gestão das pescarias sem qualquer impacto adverso significativo noutras populações, espécies e ecossistemas, em apoio à concretização do objetivo de um bom estado ecológico até 2020, conforme estabelecido na Diretiva-Quadro Estratégia Marinha.

Ação 13: Melhorar a gestão das unidades populacionais pescadas

- 13a) A Comissão e os Estados-Membros velarão pela manutenção e recuperação das unidades populacionais de peixes para níveis que possam produzir o MSY em todas as zonas em que as frotas de pesca da UE operam, incluindo zonas regulamentadas por organizações regionais de gestão das pescas, e nas águas de países terceiros com os quais a UE tenha celebrado acordos de parceria no domínio das pescas.
- 13b) A Comissão e os Estados-Membros desenvolverão e implementarão, no âmbito da PCP, planos de gestão a longo prazo com regras de controlo da exploração baseadas na abordagem MSY. Estes planos devem ser concebidos para responder a objetivos com escalas temporais específicas e basear-se em pareceres científicos e princípios de sustentabilidade.
- 13c) A Comissão e os Estados-Membros intensificarão significativamente os seus trabalhos no sentido de coligir dados para apoiar a implementação do MSY. Uma vez atingido este objetivo, serão solicitados pareceres científicos a fim de integrar as considerações ecológicas na definição do rendimento máximo sustentável até 2020.

Ação 14: Eliminar o impacto negativo nas populações de peixes, espécies, habitats e ecossistemas

- 14a) A UE elaborará medidas destinadas a eliminar gradualmente as devoluções, a fim de evitar capturas acessórias de espécies não desejadas, e preservará ecossistemas marinhos vulneráveis de acordo com a legislação da UE e as suas obrigações assumidas a nível internacional.

- 14b) A Comissão e os Estados-Membros apoiarão a aplicação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, em especial proporcionando incentivos financeiros através dos futuros instrumentos financeiros para as pescas e da política marítima para zonas marinhas protegidas (incluindo zonas Natura 2000 e as estabelecidas por acordos internacionais ou regionais). Tal poderia incluir a recuperação de ecossistemas marinhos, a adaptação das atividades de pesca e a promoção da participação do setor em atividades alternativas, tais como o ecoturismo, a monitorização e gestão da biodiversidade marinha e a luta contra o lixo marinho.

META 5: COMBATER AS ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS

Até 2020, as espécies exóticas invasoras e as suas vias de introdução serão identificadas e classificadas por ordem de prioridade, as espécies prioritárias serão controladas ou erradicadas e as vias de introdução geridas de forma a impedir a introdução e o estabelecimento de novas dessas espécies.

Ação 15: Reforçar os regimes da UE em matéria de saúde animal e fitossanidade

- 15) A Comissão integrará as questões da biodiversidade nos regimes de saúde animal e fitossanidade até 2012.

Ação 16: Criar um instrumento específico sobre espécies exóticas invasoras

- 16) A Comissão colmatará as lacunas nas políticas em matéria de luta contra as espécies exóticas invasoras mediante a elaboração de um instrumento legislativo específico até 2012.

META 6: CONTRIBUIÇÃO PARA EVITAR A PERDA DE BIODIVERSIDADE GLOBAL

Até 2020, a UE deve ter intensificado a sua contribuição no sentido de evitar a perda de biodiversidade global.

Ação 17: Reduzir os fatores indiretos da perda de biodiversidade

- 17a) No âmbito da iniciativa emblemática sobre a eficiência na utilização dos recursos, a UE adotará medidas (que poderão incluir medidas do lado da procura e/ou da oferta) a fim de reduzir o impacto dos padrões de consumo da UE na

biodiversidade, especialmente no que diz respeito a recursos que tenham efeitos negativos significativos na biodiversidade.

17b) A Comissão reforçará a contribuição da política comercial para a conservação da biodiversidade e abordará os potenciais impactos negativos mediante a sua inclusão sistemática no quadro das negociações e diálogos comerciais com países terceiros, identificando e avaliando os potenciais impactos na biodiversidade resultantes da liberalização do comércio e dos investimentos através de avaliações do impacto sobre a sustentabilidade do comércio *ex ante* e de avaliações *ex post*, e procurará incluir, em todos os novos acordos comerciais, um capítulo sobre desenvolvimento sustentável com disposições ambientais substanciais de importância no contexto comercial, incluindo os objetivos em matéria de biodiversidade.

17c) A Comissão trabalhará com os Estados-Membros e os principais interessados a fim de proporcionar os sinais de mercado adequados para a conservação da biodiversidade, incluindo os trabalhos de reforma, supressão progressiva e eliminação de subsídios prejudiciais, tanto a nível da UE como dos Estados-Membros, e incentivos positivos em prol da conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

Ação 18: Mobilizar recursos adicionais para a conservação da biodiversidade global

18a) A Comissão e os Estados-Membros contribuirão com a sua justa quota-parte para o esforço internacional destinado a aumentar significativamente os recursos em prol da biodiversidade global, como parte integrante do processo internacional destinado a estimar as necessidades de

financiamento no domínio da biodiversidade e a adotar metas de mobilização de recursos para a biodiversidade na CdP11 na CDB em 2012.

18b) A Comissão melhorará a eficácia do financiamento da UE destinado à biodiversidade global, nomeadamente através do apoio a avaliações do capital natural nos países beneficiários e do desenvolvimento e/ou atualização de estratégias e planos de ação nacionais em matéria de biodiversidade, bem como de uma melhor coordenação no interior da UE e com os principais doadores exteriores à UE na implementação de projetos/assistência no domínio da biodiversidade.

Ação 19: Cooperação para o desenvolvimento da UE «à prova de biodiversidade»

19) A Comissão continuará a examinar sistematicamente as suas ações de cooperação para o desenvolvimento, a fim de minimizar qualquer impacto negativo na biodiversidade, e efetuará avaliações ambientais estratégicas e/ou avaliações de impacto ambiental relativas a ações que possam ter efeitos significativos na biodiversidade.

Ação 20: Regular o acesso aos recursos genéticos e a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da sua utilização

20) A Comissão proporá legislação para fins de aplicação na União Europeia do Protocolo de Nagoia relativo ao acesso aos recursos genéticos e à partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da sua utilização, de modo a que a UE possa ratificar o protocolo o mais rapidamente possível e o mais tardar até 2015, conforme exigido no objetivo global.

A biodiversidade é importante não só por si mesma como também por proporcionar à sociedade uma vasta gama de serviços ecossistémicos, como a água potável, a polinização e a proteção contra inundações, todos eles com um valor económico e social significativo.





MAIS INFORMAÇÕES:

Estratégia de Biodiversidade para 2020

<http://ec.europa.eu/environment/nature/biodiversity/comm2006/2020.htm>

Objetivo central e visão da UE

Aprovação pelos dirigentes da UE em 26 de março de 2010

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/113612.pdf

Nível de Referência da Biodiversidade 2010 da UE

<http://www.eea.europa.eu/publications/eu-2010-biodiversity-baseline>

Plano de Ação da UE sobre Biodiversidade de 2006 e Avaliação de 2010

http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/2010_bap.pdf

Sistema de Informação sobre Biodiversidade para a Europa (BISE)

www.biodiversity.europa.eu



Convenção sobre a Diversidade Biológica

Resultado da reunião da CdP10, Nagoia, Japão, em outubro de 2010

<http://www.cbd.int/cop10/doc/>

Sítio Web da Comissão Europeia sobre Natureza e Biodiversidade

http://ec.europa.eu/environment/nature/index_en.htm

Visionador Natura 2000

<http://natura2000.eea.europa.eu/>

União Europeia, 2011

Reprodução autorizada desde que seja mencionada a fonte.

Fotografias:

Guarda-rios-comum, Alcedo atthis, ©David kjaer

Bolboleta Parnassus Apollo, ©i-Stockphoto

Cascata na floresta, ©i-Stockphoto

Rio Elba, Alemanha, ©i-Stockphoto

Libélula Aeshna viridis, ©L. van Haeringen



Serviço das Publicações

doi. 10.2779/35473

ISBN 978-92-79-20756-3



9 789279 207563